



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1518758-46.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - Impostos**
 Exequente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA**
 Executado: **Carmem Silvia Planello Marangoni 06036989806 - Mei**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Ante o requerimento do exequente, noticiando que ocorreu o pagamento do débito, **JULGO EXTINTO O PROCESSO**, com fundamento no art. 924, II, do NCPC.

Por ora, indefiro o pedido de gratuidade judiciária, haja vista a documentação apresentada comprovar que o valor ultrapassa os 3 salários mínimos definidos por lei.

Dou por levantada eventuais penhoras existentes nos autos.

Providencie-se, se o caso, a liberação das constrições (BACENJUD/RENAJUD).

A inclusão no SERASA não se deu por ação deste juízo. Assim, eventual retirada deverá ser providenciada por qualquer das partes, podendo, para tanto, utilizar o site www.consumidor.gov.br.

HOMOLOGO para que produza seus efeitos legais a desistência do prazo recursal manifestada pelo exequente.

Intime-se a parte devedora para comprovar o recolhimento das custas judiciárias e/ou despesas postais no prazo de quinze dias, sob pena de encaminhamento dos valores para as devidas providências pela Fazenda do Estado.

Após o trânsito em julgado, certifique-se com baixa no sistema SAJ e arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

Araraquara, 21 de agosto de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA